



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 13

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

18 DE JUNHO DE 2019

CONASEMS DEFENDE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA CSSF

Na última quarta-feira (12) a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Guimarães Junqueira. “A entidade sabe como é o serviço de saúde na ponta e faz importante relato de como está o Sistema Único de Saúde (SUS)”, disse Antonio Brito (PSD-BA), presidente da CSSF.



SUS

Mauro iniciou a fala fazendo uma defesa do SUS. Disse que muita gente reclama do sistema que na verdade bate recordes de atendimento. Ele mostrou números de 2018: foram 1.7 milhões de partos; 19.9 milhões de procedimentos oncológicos; 11 milhões de internações, 185 milhões de doses de vacina aplicadas, 925 milhões de medicamentos de alto custo entregues, 1.4 bilhões de consultas e 4.5 milhões de procedimentos ambulatoriais.

Organizações Sociais

“Temos uma preocupação com

as OS porque há um entendimento do ministério da economia de que os servidores dessas organizações vão entrar no computo dos servidores da saúde. Se isso ocorrer, vamos colher desassistência. Se hoje buscamos alternativas a contratação de pessoal é que já estamos num limite. E isso precisa ser discutido”, alertou Mauro.

Recursos

Mauro explicou que a União vai aplicar 43% do orçamento em saúde. “Em 2003 a União entrava com 72%. Os municípios que respondiam com 16% antes, hoje contribuem com 31%.

Ao longo dos anos a União transferiu responsabilidades, mas, os recursos não chegaram”, explicou Mauro.

Desafios

Na opinião de Mauro, para avançar no desenvolvimento dos serviços prestados é preciso discutir o desfinanciamento da saúde, os subsídios fiscais que o governo concede e que tiram recursos da saúde, as possível desvinculação das receitas da União e o pacto federativo. “Graças às políticas econômicas e sociais avançamos muito. Mas, precisamos avançar ainda mais”, disse Mauro Junqueira.

VI FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE OCULAR



Por iniciativa do deputado Hiran Gonçalves a CSSF sediou o VI Fórum Nacional de Saúde Ocular. O evento contou com a participação de representantes do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), do Ministério da Saúde (MS) e de mais de 20 deputados federais.

José Ottaiano, presidente do CBO,

falou das condições de saúde ocular no Brasil. “Elas são melhores quanto maiores forem os recursos. Na classe A, 2.8% tem comprometimento de cegueira. Na classe D e E esse índice sobre para 28%”, mostrou. Ele disse que há também uma relação entre cegueira e idade. “A cegueira na criança até os 15 anos é bem menor que a ceguei-

ra nas pessoas acima de 60 anos”.

Cristiano Caixeta, secretário-geral do CBO falou sobre deficiência visual. Apresentou dados da OMS: há no mundo 76 milhões de pessoas cegas. “Quanto mais cedo é o diagnóstico, mais chances de cura”, lembrou. João Neves, também da CBO, apresentou um estudo sobre as redes de atenção à saúde ocular.

José Beniz, vice-presidente da CBO falou da importância da Política Nacional de Atenção em Oftalmologia. “Avançar na implantação das redes de atendimento ainda é um desafio”. Eduardo David Gomes de Souza, do MS, disse que a coordenação geral de atenção especializada trabalha em sintonia com o CBO, Conass e Conasems. “Estamos revisando as Portarias editadas em 2008”.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS EM PAUTA

As Comissões de Educação e de Seguridade Social e Família se uniram para discutir o programa Mais Médicos. “Desde o começo o objetivo era o provimento emergencial de médicos e a recuperação da premissa de que cabe ao SUS ter um papel decisivo no atendimento a população”, defendeu o deputado Alexandre Padilha (PT-SP), autor de um dos requerimentos.

Erno Herzeheim, secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, criticou o Programa Mais Médicos. “Solução intempestiva, que fere princípios constitucionais ou éticos da prestação de serviço em saúde, acabam trazendo mais problemas nos momentos sequenciais do que soluções”.

Janaina Starlock, médica formada no exterior, disse que é preciso dar prioridade na resolução do problema que dificulta o acesso ao Revalida, para que vagas possam ser preenchidas em todo País. “Já somos 15 mil médicos aptos a fazer a prova e até agora não conseguimos. Será que realmente faltam médicos? ”, questionou.

Carmino Antonio de Souza, secretário municipal de Saúde de Campinas, disse que a defesa do SUS une todos os profissionais. “Temos desafios de acesso e qualidade no atendimento à saúde. Esses são desafios postos há tempos e pioram em determinadas regiões”.



Ataide Alves, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, disse que é necessário romper a barreira do déficit educacional e lembrou que não é diferente na área da saúde. “Hoje temos 46% das vagas de estudos no Sudeste, 15% no Sul, 8% no Centro-Oeste, 24% no Nordeste e 7% no Norte. Há migração para os grandes centros. Precisamos povoar os rincões do País”.

Francisco Diogo Rios Mendes, representante da Associação Médica Brasileira, lembrou que um médico leva em média de oito a 11 anos para estar apto a servir a população. “Os custos estimados para estudo chegam à R\$ 1 milhão. E no exercício do trabalho há penas severas que pesam sobre o médico. Muito nos diferencia dos profissionais do programa em discussão”.

GRUPO DE TRABALHO DA TABELA SUS



O grupo de trabalho (GT) que discute a atualização da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu a Sociedade de Especialidades Médicas do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul, o Conselho Federal de Medicina, a Federação Nacional dos Médicos e a Associação Médica Brasileira para um debate. “A cada ano a gente vê a redução da prestação dos recursos destinados ao SUS que acaba por gerar a restrição dos atendimentos de diversos procedimentos para a população brasileira”, disse o deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Junior (PP-RJ), coordenador do grupo de trabalho.

“O SUS evoluiu e a tabela não”, disse Dr Luiz Carlos Sobania. Ele informou que a Sociedade Brasileira de Ortopedia montou um grupo para apresentar ao GT uma proposta para enxugar os procedimentos e melhorar a tabela. Ele alertou que há municípios que já estão discutindo uma nova contratação, mas sem a presença de médicos. Dr José Mestrinho comemorou a criação do GT da tabela SUS e disse que a Associação Médica Brasileira também trabalha com a classificação de serviços médicos, criando uma lista que possa ser referência para o SUS. “Inclusive ela elimina procedimentos desnecessários e define outros. Podemos condensar isso tudo aqui nesse grupo de trabalho”.

SUBCOMISSÃO RECEBE ESTUDO SOBRE DOENÇAS RARAS



A subcomissão especial de Doenças Raras realizou reunião deliberativa, na última terça-feira (11). O colegiado recebeu, para análise, a nota técnica produzida pelo consultor da

Câmara, Eduardo Cano. “O Ministério da Saúde estima que há 13 milhões de portadores de doenças raras no Brasil. São atendidas por políticas públicas diferentes, de acordo com a especificidade e cada uma tem que ter um protocolo clínico específico para obtenção de medicamentos”, apontou Cano. O deputado Zacharias Calil (DEM-GO) disse que é preciso saber o custo de cada doença e de onde vem o recurso para o tratamento. Na ocasião, o relator Diego Garcia (Pode-PR) informou que haverá uma audiência pública em cada região brasileira.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varella

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

@seguridade.CD

@Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br